

Superintendência de Recursos Humanos

RETIFICAÇÃO

No reconhecimento da inexigibilidade de licitação, constante do Processo nº 350140/94 (DERE/SE-1), publicado no DOU, de 28.01.94, Seção 1, página 1273, onde se lê: a favor de TRANSURB-TRANSPORTE VALE JUNDIAÍ LTDA, leia-se: a favor da TRANSURB TRANSPORTES URBANOS DE JUNDIAÍ LTDA.

(OF. nº 243/94)

EMENTA Mensalidade escolar Imposição de conduta comercial uniforme. Infração tipificada Concerto entre estabelecimentos de ensino. Adocção de contrato-padrão. Formação de cartel. Prova inofismável. Representação procedente Requerido enquadramento entidades associadas.

MARCELLO CERQUEIRA
Procurador do Conselho

(OF. nº 28/94)

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A

Diretoria Administrativa

CGC 42.515.882/0003-30
DESPACHOS

Processo: AS-041/94; Favorecido: Consultoria em Recursos Humanos Ltda; Objeto: Contratação de serviços temporários; Fundamentação: Lei 8666/93 art. 25 caput. Justificativa: Extensão de contratação de pessoal (já contratado anteriormente por meio de processo licitatório) para término de obra de montagem de equipamentos.

CARLOS EDUARDO RIPPER VIANNA
Superintendente de Suprimentos

Tendo em vista o parecer da consultoria jurídica, ratifico a autorização supra.

LUIZ PAULO GUIMARÃES
Diretor Administrativo

(Nº 20.106 - 22-3-94 - CR\$ 31.620,00)

Ministérios

Ministério da Justiça

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

PARECER DE 21 DE MARÇO DE 1994

Processo Administrativo nº 121/92
Representante: Ministério Público do Estado de São Paulo, (Centro Operacional de Proteção ao Consumidor CENACON)
Representados: Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, Federação Interestadual de Escolas Particulares
Conselheiro: Marcelo Monteiro Soares
Parecer do Procurador do CADE: Marcello Cerqueira

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 204ª REUNIÃO

REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 1994

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de mil novecentos e noventa e quatro, às nove horas, reuniu-se o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, em São Paulo-SP, no Hotel Della Volpe, sob a Presidência do Professor Edmundo Alberto Branco de Oliveira. Conselheiros presentes: Miguel Frederico do Espírito Santo, Edson Freire O'Dwyer, Damásio Evangelista de Jesus, Ariosvaldo de Campos Pires, Luiz Alfredo Paim, Maria Eugênia da Silva Ribeiro, Amauri Serralvo, Léo Sebastião David, Heitor Piedade Júnior, Luiz Flávio Borges D'Ursq, Arnaldo Camardelli Agle e Mário Júlio Pereira da Silva. Ausentes, por motivos justificados, os Conselheiros Rubens Approbato Machado, George Francisco Tavares, Cláudio Lemos Ponteles e Divaldo Theophilo de Oliveira Netto. Verificada a existência do quórum, o Presidente abriu a Sessão, pondo em discussão a Ata da Reunião anterior, realizada em 24.01.94, que foi aprovada, por unanimidade. Em seguida, o Presidente detalhou a pauta da Reunião, onde a matéria principal seria o Indulto Especial em Tributo ao Ano Internacional da Família - 1994, consagrado pela ONU. Ressaltou que o CNPCP estava realizando sua Reunião descentralizada, referente ao primeiro semestre do ano fluente, em São Paulo, a fim de atender uma antiga aspiração de alguns dos seus Membros de visitar a APAC e a FUNAP, para conhecer os projetos e programas de execução penal levados a efeito pelas duas entidades. Lembrou aos Conselheiros para observarem o acompanhamento dos eventos programados para os dias 21, 22 e 23, com a entrega da programação enviada pela Secretaria do Colegiado. Compuseram também a Reunião o Doutor Adélio Cláudio Basile Martins - Coordenador Geral de Articulação Setorial da Secretaria dos Direitos da Cidadania e Justiça/MJ, e o Doutor Geraldo Rêgo Vilar, Assessor daquela Coordenação e do Colegiado. Dando prosseguimento, passou a palavra ao Conselheiro Damásio de Jesus, Relator da Proposta do Indulto Especial. Inicialmente, o Conselheiro Damásio de Jesus enfatizou que a sua escolha para relatar a matéria, por decisão do plenário do CNPCP, na Reunião de 24.01.94, não deixava de ser para ele uma honra, mas ao mesmo tempo uma grande responsabilidade, razão pela qual gostaria que todos devessem exaustivamente o seu Parecer, já que ele não era uma posição pessoal sua, mas sim do Grupo que integra o CNPCP. Destacou que o seu trabalho foi muito facilitado pelo Professor Edmundo Oliveira. Presidente do Colegiado e autor da Proposta, a quem ele transferia os méritos pela brilhante elaboração da Proposta do Indulto Especial. O Professor Edmundo Oliveira agradeceu as referências do Conselheiro Damásio de Jesus e sugeriu que a matéria fosse discutida, artigo por artigo, iniciando pelos considerandos. O Relator passou a expor o seu Parecer, que foi amplamente debatido por todos Conselheiros presentes, com a seguinte aprovação de cada um de seus artigos, cuja íntegra é a seguinte: Art. 1º É concedido indulto: I - ao condenado à pena privativa de liberdade não superior a 6 (seis) anos que tiver dela efetivamente cumprido, até 31 de dezembro de 1994, no mínimo um terço, se não-reincidente, ou metade, se reincidente; II - ao condenado à pena privativa de liberdade que se encontre em estágio avançado de doença grave e irreversível, comprovado por laudo médico oficial circunstanciado, desde que haja sua concordância, dispensados os requisitos do art. 5º deste Decreto; III - ao condenado à pena privativa de liberdade superior a 6 (seis)

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Imprensa Nacional - IN

SIG - Quadra 6, Lote 800; CEP: 70604-900, Brasília, DF
Telefone: PABX: (061) 313-9400; Fax: (061) 225-2046
Telex: 61-1356, CGC-MF: 00394494/0016-12

ENIO TAVARES DA ROSA
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Coordenador de Produção Industrial

DIÁRIO OFICIAL - Seção 1

Órgão destinado à publicação de atos normativos

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

ISABEL CRISTINA ORRÚ DE AZEVEDO
Editora

Publicações - Os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias, no horário das 7h30 às 16 horas. Qualquer reclamação deve ser encaminhada, por escrito, à Divisão de Jornais Oficiais, no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

Assinaturas - Valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

(Valores em CR\$)

	Diário Oficial			Diário da Justiça		
	Seção 1	Seção 2	Seção 3	Seção 1	Seção 2	Seção 3
Assinatura trimestral	21.018,00	6.517,00	19.255,00	21.590,00	32.890,00	19.790,00
Porte (superfície)	15.437,40	7.609,80	13.615,80	15.437,40	27.964,20	13.615,80
Porte (aéreo)	35.138,40	17.325,00	35.138,40	35.138,40	63.670,20	35.138,40

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas - SEAVEN/DICOM
Telefone: (061) 313-9900 (busca automática)
Horário: das 7h30 às 19 horas